

Novo patamar para o agronegócio

*
SERGIO
AMARAL

O Brasil viveu nas últimas décadas uma verdadeira revolução agrícola. Para ser mais preciso, uma revolução no agronegócio, que vai além da agricultura e da pecuária, para incluir os serviços e a indústria que estiveram associados com a produtividade no campo.

Tudo começou com a expansão da agricultura no Cerrado, em parceria com o Japão. Na sequência, universidades e centros de pesquisa brasileiros deram valiosa contribuição ao desenvolvimento de uma cultura de zona tropical lastreada na ciência. Nada disso, no entanto, teria sido possível sem a liderança empresarial no agronegócio.

O aumento da produtividade e da competitividade encontrou eco na expansão sem precedentes da demanda internacional, particularmente durante o “boom das commodities”, no qual a China teve participação preponderante.

Os resultados foram expressivos. Vale citar o salto na produção de grãos, que passou de 85 milhões de toneladas em 2000 para 228 milhões em 2018. O agronegócio representa hoje 45% das exportações e 24% do produto nacional.

Qual o cenário para os próximos anos? Do lado da oferta, o Brasil já demonstrou ser capaz de produzir e exportar mais sem expandir a área cultivada, ainda que existam grandes extensões de terra disponíveis. Os entendimentos a que chegaram agricultores e ambientalistas evidenciam que é possível incrementar as safras e multiplicar as cabeças de gado sem degradar o meio ambiente, condição para assegurar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados mais exigentes.

Do lado da demanda, no entanto, prevalecem sinais de declínio nas taxas de crescimento. O fracasso da Rodada Doha frustrou a expectativa de liberalização do comércio agrícola. Ademais, o Brasil colocou todas as fichas na Organização Mundial do Comércio (OMC), em detrimento dos acordos bilaterais ou regionais de comércio, que só recentemente foram retomados e que a maioria de nossos parceiros comerciais já havia concluído.

O impacto sobre o Brasil da guerra comercial em curso ainda é incerto. Tomemos o caso da soja. Se os chineses elevarem a tarifa de importação para a soja americana, o Brasil poderá ganhar fatias adicionais no mercado chinês. Entretanto, na hipótese de um entendimento que induza os chineses a comprar mais soja dos Estados Unidos, o Brasil perderá mercado na China.

De qualquer modo, a nova onda protecionista alimenta a incerteza e retraimento dos mercados, com possíveis efeitos sobre as exportações brasileiras.

Em médio prazo, porém, as perspectivas da demanda por produtos agrícolas são promissoras. Estudo realizado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pela

Abre-se uma avenida promissora para o setor na sua rota de internacionalização

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta um aumento da demanda por alimentos da ordem de 50% entre 2012 e 2050. Segundo a mesma pesquisa, o crescimento da demanda viria predominantemente do Sudeste Asiático e da África Subsaariana e poderia ser atendido em boa medida pelo Brasil. O estudo destaca também que parcela do aumento do consumo deverá ser suprida por aumento da produção própria nessas duas regiões.

A se confirmarem os prognósticos da OCDE-FAO, o agronegócio brasileiro deverá preparar-se para expandir sua produção e atender ao aumento da demanda por alimentos, mesmo se não logramos concluir novos acordos para abertura de mercados, hipótese muito improvável.

Mas exportar não basta. É preciso ter presente que o Brasil desenvolveu, de modo autônomo, uma tecnologia e um know-how próprios para a agricultura de zona tropical. Eles nos conferem vantagem competitiva para exportar, mas podem representar igualmente uma fonte adicional de rendimentos para o País, para as empresas de pesquisa e para os empresários do agronegócio. Nós

temos boas oportunidades para promover a transferência de tecnologia e a prestação de serviços, de modo remunerado, e para expandir investimentos no exterior, que, por sua vez, abririam novos mercados para exportação, tanto de alimentos quanto de equipamentos.

Temos, assim, pela frente um dilema entre sermos o espectador passivo de uma revolução agrícola que vários países começam a promover ou participarmos dessa revolução, buscando retirar mais valor de uma tecnologia que desenvolvemos, mediante investimentos, parcerias e abertura de novos mercados, a começar por uma região, a África, com a qual temos uma cooperação tradicional, que podemos ampliar mediante um intercâmbio mais sólido e duradouro. Cabe anotar que a África Subsaariana registrou entre 2007 e 2017 uma taxa de crescimento (77%) substancialmente mais alta que a da América Latina (51%).

Por fim, o foco nos investimentos, assim como nas parcerias empresariais e tecnológicas, abre uma avenida promissora para o agronegócio galgar um novo patamar em sua rota de internacionalização.

Essa caminhada poderá levar algum tempo e, sobretudo, demandar a redução dos custos para produzir e para transportar o que, de qualquer modo, seria necessário. Deverá existir igualmente maior articulação entre os vários atores, no governo e no setor privado, em torno de um objetivo comum, o de ampliar a exportação de bens e serviços com maior valor agregado.

A África, por sua vez, já percebeu os benefícios mútuos de uma nova visão do intercâmbio com o Brasil, não apenas inspirado na nostalgia do passado, mas também nas realidades do presente e nas oportunidades do futuro. Num seminário em São Paulo, o ministro da Economia de um importante país africano, referindo-se às relações com o Brasil, deixou clara sua expectativa: “Africa does not need compassion, it needs investments”.

*
EMBAIXADOR DO BRASIL EM WASHINGTON, FOI MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO